

Ref. projeto de lei complementar nº 10/2025

MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS

IMPACTO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIO

ESTIMATIVA DE RENÚNCIA DA RECEITA REFERENTE DESCONTO DE 10% SOBRE A CÓTA ÚNICA
DO IPTU 2026 de 5% DE DESCONTO SOBRE IPTU DE CONTRIBUITE QUE POSSUIR PASSEIO
CONSTRUIDO

Município de Três Passos
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2026

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)					R\$ 1,00	
TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS / BENEFICIÁRI O	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2026	2027	2028	
IPTU		Isenções/Desconto por Antecipação Pgto Cota Unica/Refis	383.200,00	398.528,00	413.672,06	
			-	-		Vide Obsevação
			-	-		abaixo
			-	-		
			-	-		
			-	-		
			-	-		
TOTAL			383.200,00	398.528,00	413.672,06	-

Fonte: Sistema Betha, Unidade Responsável Secretaria Municipal de Finanças, Data da emissão 27/08/2025 e hora de emissão 08:45H

Nota 1: Os valores da renúncia para 2024 foram previstos de acordo com informações da Administração Tributária do Poder Executivo.

2 - Os valores da renúncia projetados para 2027 e 2028, foram calculados a partir dos valores de 2026 aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2027:	4,00%
Inflação para 2028:	3,80%

Obs: 1. Os valores da renúncia para 2026 foram previstos de acordo com informações da Administração Tributária da Prefeitura Municipal

2-Os valores da renúncia projetados para 2027 e 2028, foram calculados a partir dos valores de 2026, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação (relatório focus) para os referidos exercícios a saber.

Inflação prevista para o ano de 2027: 4%

Inflação prevista para o ano de 2028: 3,80%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 44, § 2º, inciso V da LRF.

A concessão de incentivos fiscais é um instrumento que serve para fomentar o desenvolvimento econômico do Município, atraindo novas empresas ou ampliando as já existentes, de modo a gerar novos empregos e aumentar a renda per capita da população. Já os benefícios fiscais se prestam para reduzir as desigualdades sociais, desonerando determinados segmentos da sociedade do pagamento de alguns tributos, como é o caso da isenção de IPTU para os aposentados de baixa renda. Diante disso pode-se afirmar que, com a devida responsabilidade, é salutar o uso desses instrumentos que tem objetivos econômicos e sociais.

O tema é destacado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que disciplinou a sua aplicação. Como sabido, os entes da federação têm usado esses institutos como forma de controle dos desequilíbrios econômicos e sociais, e, por isso é tratado em todo o arcabouço Jurídico brasileiro: constitucional, legal e Infra legal.

A Constituição Federal em seus artigos 70 e 165, § 64, estabelece o controle sobre as renúncias de receita, com o nítido objetivo de promover o equilíbrio fiscal. Por sua vez, a LAF estabeleceu em seu artigo 11 a necessidade de instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional dos entes da Federação, como requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal.

Nesse contexto, e conforme as diretrizes estabelecidas no Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica evidenciado que a Administração opta pela medida de compensação prevista no art. 14, 1, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais. Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas pelo aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Três Passos, 02 de outubro de 2025.


Maurilio Vezzosi Finamor

Secretário de Finanças